



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CONT. Nº. 120/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CAMAQUÃ/RS, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO - PROFISSIONAIS, CONFORME PROCESSO Nº. 70977-20.00/09-1.

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.958.625/0001-49, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº. 1501, sexto andar, nesta Capital, neste ato legalmente representada por seu Titular, Sr. JOÃO GABBARDO DOS REIS, portador da Carteira de Identidade nº. 1003763172 - SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 223.127.490-68, doravante denominada CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CAMAQUÃ/RS, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.476.826/0001-00, no CNES sob o nº. 384894, com sede na Rua Francisco Luiz Pereira da Silva, nº. 373, Bairro Carvalho Bastos - CAMAQUÃ/RS, CEP: 96.180-000, fone: (51) 3671-4159, neste ato representada por seu Presidente, Sr. RUDYMAR DE FREITAS ROSALES, portador da Carteira de Identidade nº. 1020319388 - SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 436.871.480-68, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; a Constituição Estadual, artigos 241 e seguintes; as Leis Federais nº. 8080/90 e nº. 8142/90; as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, sujeitando-se ao disposto na Lei Estadual nº. 11.389/99, RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, através de **Dispensa de Licitação, com base no art. 24, inciso XX, da Lei Federal nº. 8.666/93** mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços técnico-profissionais a serem prestados por equipe multiprofissional à pessoa com deficiência intelectual e autismo, para atender a demanda do município de Camaquã/RS, pertencente à 2ª CRS, dentro dos limites quantitativos abaixo fixados, que serão distribuídos por níveis de complexidade e de acordo com as normas do SUS, em conformidade com o disposto na Informação nº. 3541/2016 - DAHA/GAST, às folhas nº. 365 a 366, do processo administrativo nº. 70977-20.00/09-1.

§ 1º - Os serviços compreendem os seguintes procedimentos nos limites abaixo fixados:

PROCEDIMENTOS		MÊS		ANO	
		Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
0301010072 - Consulta Médica na Atenção Especializada		60	R\$ 600,00	720	R\$ 7.200,00
30107 - Atendimento Acompanhamento em Reabilitação Física, Mental, Visual e Múltiplas Deficiências	0301070024 - Acompanhamento de Pacientes em Reabilitação em Comunicação Alternativa	1.840	R\$ 28.078,40	22.080	R\$ 336.940,80
	0301070040 - Acompanhamento Neuropsicológico de Paciente em Reabilitação				
	0301070059 - Acompanhamento Psicopedagógico de Paciente em Reabilitação				
	0301070067 - Atendimento/Acompanhamento em Reabilitação nas Múltiplas Deficiências				
	0301070075 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor				
	0301070083 - Atendimento em Oficina Terapêutica I para Portador de Necessidades Especiais (por Oficina)				
	TOTAL REABILITAÇÃO INTELECTUAL	1.900	R\$ 28.678,40	22.800	R\$ 344.140,80



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

§ 2º - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Plano de Saúde da CONTRATANTE, com vistas à sua distritalização, e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

§ 3º - Mediante Termo Aditivo, e de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da CONTRATANTE, unilateralmente pela contratante por interesse público ou por solicitação da contratada, mediante justificativa aprovada pela contratada, poderá fazer acréscimos e supressões de quantitativos em até 25% (vinte e cinco por cento) dos valores limites atualizados deste Contrato, durante o período de sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referidos na Cláusula Primeira, serão executados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CAMAQUÃ/RS, com sede na Rua Francisco Luiz Pereira da Silva, nº. 373, Bairro Carvalho Bastos – CAMAQUÃ/RS, com **Alvará de Licença** expedido pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde, **sob o nº. 852**, às folhas nº. 352.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eventual mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, será imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo a CONTRATANTE rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA.

§1º - Para os efeitos deste Contrato, consideram-se profissionais do estabelecimento da CONTRATADA:

- 1 - o membro do corpo de profissionais da CONTRATADA;
- 2 - o profissional que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA;
- 3 - o profissional autônomo que presta serviços à CONTRATADA em caráter regular;
- 4 - o profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nos itens 1, 2, e 3, é admitido pela CONTRATADA nas suas instalações para prestar determinado serviço.

§2º - Equipara-se ao profissional autônomo definido nos itens 3 e 4, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

§3º - A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Contrato.

§4º - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato.

§5º - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pela CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste Contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente de Lei Orgânica da Saúde.

§6º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o MS.

§7º - A CONTRATADA fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento ao paciente amparado pelo SUS, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo Poder Público, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça na ordem interna ou as situações de urgência e emergência.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a oferecer ao paciente todo recurso necessário ao seu atendimento, conforme discriminação abaixo:

I - ÁREA FÍSICA / AMBIENTES, conforme contido no processo administrativo nº. 70977-20.00/09-1.

II - RECURSOS MATERIAIS / EQUIPAMENTOS, conforme contido no processo administrativo nº. 70977-20.00/09-1.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

III - RECURSOS HUMANOS, conforme contido no processo administrativo nº. 70977-20.00/09-1.

IV - HORÁRIO DE ATENDIMENTO

De segunda à sexta-feira:

Manhã: das 8h. às 12h.

Tarde: das 13h. 30min. às 17h. 30min.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA se obriga, ainda, a:

- 1 - manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico;
- 2 - não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 3 - atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 4 - afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 5 - justificar ao paciente ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste Contrato;
- 6 - notificar a CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, enviando à CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;
- 7 - fornecer ao paciente demonstrativos dos valores pagos pelo SUS, pelo seu atendimento na forma do disposto na Portaria MS 1286/93;
- 8 - manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;
- 9 - submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliações de Serviços de Saúde - PNASS;
- 10 - submeter-se à regulação instituída pelo gestor;
- 11 - obrigar-se a entregar ao usuário ou a seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento de histórico do atendimento prestado ou resumo de alta, onde conste, também, a inscrição; "Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais";
- 12 - obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;
- 13 - manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- 14 - garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização; e
- 15 - cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização dos danos causados ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de regresso.

§1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

§2º - A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos termos do art. 14, da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará, **mensalmente**, a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal observado os limites quantitativos explicitados na Cláusula Primeira e conforme tabela MS/SUS, em vigor na data da assinatura deste Contrato, **estimada em até R\$ 28.678,40 (vinte e oito mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados decorrentes deste Contrato, correrão à conta dos recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde, por força da Gestão Plena do Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, por esta **SECRETARIA**, no **montante anual de até R\$ 344.140,80 (trezentos e quarenta e quatro mil e cento e quarenta reais e oitenta centavos)**, com a seguinte dotação orçamentária:

Recurso: 1681 e/ou 0006
Atividade.....: 8065 e/ou 8065
U. O.: 20.95

Elemento: 3.3.90.39.3988
Empenho: 16003721948
Data do Empenho: 18/08/2016

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma:

I - A CONTRATADA apresentará mensalmente à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados;

II - A CONTRATANTE, depositará na conta da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil, a partir da data do cumprimento da última das seguintes condições pelo Ministério da Saúde, em conformidade com a PT/GM/MS nº3.478, de 20/08/1998:

a) crédito na conta bancária do Fundo Estadual de Saúde, pelo Fundo Nacional de Saúde;

b) disponibilização dos arquivos de processamento do SIH/SUS no BBB/MS, pelo DATA/SUS.

III - Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue à CONTRATADA recibo assinado ou rubricado pela CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;

IV - As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções, serão devolvidas à CONTRATADA para correção, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondendo documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo;

V - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste, acertando-se as diferenças que houverem no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul exonerada do pagamento de multas e sanções financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outro acréscimo porventura incidente nas diferenças apuradas em favor da CONTRATADA; e

VI - As contas rejeitadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do SUS.

PARÁGRAFO ÚNICO: O local da prestação do serviço será o Município de CAMAQUÃ/RS, e é isento do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme Certidão nº. 25/2016, emitida pela Prefeitura Municipal, às folhas nº. 357 do processo administrativo nº. 70977-20.00/09-1.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estipulados na Cláusula Sexta serão reajustados na proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MS, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes independem de Termo Aditivo, sendo, entretanto, necessário constar do processo administrativo da CONTRATADA, os respectivos cálculos, bem como, a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§1º - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA, poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

§3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§4º - A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal fim.

§5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

- a) advertência;
- b) multa/dia;
- c) suspensão temporária dos serviços.

§1º - A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

§2º - As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

§3º - A multa-dia corresponderá a 1/60 (hum sessenta avos) do último faturamento mensal liquidado, e poderão ser impostos até 20 (vinte) dias-multa. A multa será deduzida do valor do primeiro faturamento subsequente e sua imposição.

§4º - A partir do conhecimento da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para interpor recurso dirigido ao Secretário de Estado da Saúde.

§5º - A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula, não ilidirá o direito da CONTRATANTE exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão do presente Contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como, os motivos previstos na legislação referente à Licitações e Contratos Administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Primeira.

§1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

§2º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade previstos neste Contrato, ou de sua rescisão, praticados pela CONTRATANTE, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Contrato será vigente a partir da publicação de sua Súmula no Diário Oficial do Estado e vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE CONTRATOS

§1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com **antecedência mínima de 90 (noventa) dias**.

§2º - A inobservância, pela CONTRATADA, de qualquer uma das cláusulas do presente Contrato, ensejará a sua rescisão imediata, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer das alterações do presente Contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente à Licitação e Contratos Administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

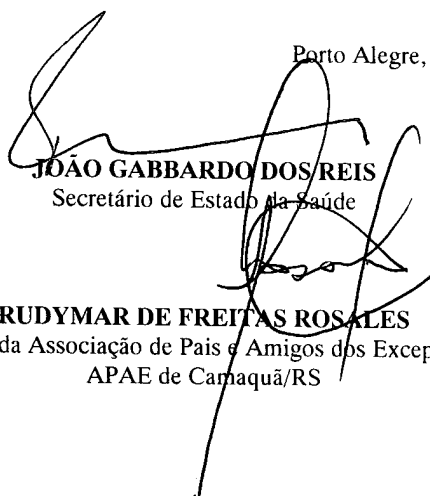
O presente Contrato terá sua eficácia condicionada à publicação da respectiva súmula no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, quando não resolvidas administrativamente.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Porto Alegre, 06 de SETEMBRO de 2016.


JOÃO GABBARDO DOS REIS
Secretário de Estado da Saúde

FRANCISCO A. Z. PAZ
Secretário de Estado da Saúde
Adjunto

RUDYMAR DE FREITAS ROSALES
Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -
APAE de Camaquã/RS

Assunto: Dedicção Exclusiva
Expediente: 16/2000-0060549-2
Nome: Maristela Inez Gil Fonseca
Id Func/Vínculo: 1348213/01
Tipo Vínculo: extranumerário
Cargo/Função: Agente Administrativo
Lotação: SES - 05 Coordenadoria Regional de Saúde

Concede face opção, o Adicional de Dedicção Exclusiva, nos termos dos art 28 e 56 da Lei 13.417/2010 e nos termos da Lei 14.083/2012 que alterou a redação dos incisos I a III do § 1º do art 29 da Lei 13.417/2010, conforme Regulamento nº 01/2010, publicado no DOE de 02/12/2010

Código: 1675734

SÚMULAS

INEXIGIBILIDADE

Processo nº 16/2000-0047149-6
Empresa: Conselho Federal de Farmácia CNPJ 60.984.473/0001-00
OBJETO: Inscrição no XII Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa a realizar-se entre os dias 8 a 10 de novembro de 2016, conforme solicitação da Coordenação da política de Assistência Farmacêutica - CPAF
Valor Inscrição: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Base legal: Inc V do Artigo 24 da Lei 8.666/93
Ratificação: Em 09/09/2016, conforme Artigo 26 da Lei supracitada.
Porto Alegre 12 de setembro de 2016.
Divisão de Compras

INEXIGIBILIDADE

Processo nº 16/2000-0046891-6
Empresa: Conselho Federal de Farmácia CNPJ 60.984.473/0001-00
OBJETO: Inscrição no XII Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa a realizar-se entre os dias 8 a 10 de novembro de 2016, conforme solicitação da Coordenação da política de Assistência Farmacêutica - CPAF
Valor Inscrição: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Base legal: Inc V do Artigo 24 da Lei 8.666/93
Ratificação: Em 09/09/2016, conforme Artigo 26 da Lei supracitada.
Porto Alegre 12 de setembro de 2016.
Divisão de Compras

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 219/2016

Processo nº 924823-20 00/16-2
O pregoeiro e sua equipe de apoio, designados por portaria, comunicam o resultado deste Pregão Eletrônico, para os seguintes lotes
LOTES 01 a 05 - DESERTOS
Fundamentação legal: Leis 10.520/2002 e 8.666/93
Porto Alegre, 12 de setembro de 2016
DA - Divisão de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria da Saúde torna pública, através de seu pregoeiro e equipe de apoio designados por Portaria, a abertura do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme descrição abaixo, de acordo com a legislação vigente
Objeto: Registro de Preços de medicamentos para uso humano Tipo: Menor Preço
Processo nº 16/2000-0057312-4
Pregão Eletrônico nº 0272/2016 Data da Disputa: 04/10/2016 às 14:00h
O Edital encontra-se disponível no site www.licitacoes-e.com.br
Porto Alegre, 12 de setembro de 2016
DA - Divisão de Compras

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 0198/2016

Processo nº 16/2000-0043513-9
O pregoeiro e sua equipe de apoio, designados por portaria, comunicam o resultado deste Pregão Eletrônico, para os seguintes lotes
LOTE 01 - EMPRESA: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODS. MÉD HOSPITALARES - CNPJ 04.071.245/0001-60 - VALOR TOTAL: R\$ 1.202.400,00 (Um milhão, duzentos e dois mil, quatrocentos reais)
O total dos lotes deste Pregão Eletrônico perfaz o valor de R\$ 1.202.400,00 (Um milhão, duzentos e dois mil, quatrocentos reais)
Fundamentação legal: Leis 10.520/2002 e 8.666/93
Porto Alegre, 12 de setembro de 2016
DA - Divisão de Compras

Código: 1675652

Nº CONT DCC/120/2016, Processo Nº 70977-20 00/09-1, celebrado em 06-09-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretária da Saúde do Estado, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE CAMAQUÁ/RS. CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA, de serviços técnico-profissionais a serem prestados por equipe multiprofissional à pessoa com deficiência intelectual e autismo, para atender a demanda do município de Camaquá/RS. CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATANTE pagará, mensalmente, a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente a cada procedimento mensal observado os limites quantitativos explicitados na Cláusula Primeira e conforme tabela MS/SUS, em vigor na data da assinatura deste Contrato, estimada em até R\$ 28.678,40 (vinte e oito mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos). CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA: O presente Contrato será vigente a partir da publicação de sua Súmula no DOE e vigorará pelo prazo de 01 (um) ano. Recurso: 1681 e/ou 0006/ U.O. 20 95/Atividade: 8065 e/ou 8065/ Elemento: 3.3.90.39.3988/ Empenho: 16003721948/ Data do Empenho: 18/08/2016

Nº CONT DCC/121/2016, Processo Nº 16/2000-001883-3, celebrado em 08-09-2016, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretária da Saúde do Estado, e CLARICE AZEVEDO MACHADO. CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente CONTRATO tem como objeto a contratação de consultoria para a execução de metas do projeto de implementação da Política Inter-setorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Estado do Rio Grande do Sul (Projeto APL-PM FITO/RS), para realização de trabalho de conteúdo técnico científico sobre plantas medicinais, através do Processo Seletivo veiculado pelo Edital nº 01/2016 da SES/RS. CLÁUSULA TERCEIRA: O valor bruto do presente CONTRATO é de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, acrescido o valor das obrigações patronais que totalizam 20% do valor bruto do CONTRATO, portanto R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). RECURSO: 2126/ U.O. 20 95/Atividade: 6286/ Elemento: 3.3.90.35.3502/ Empenho: 16003864481/ Data do Empenho: 30/08/2016. RECURSO: 0006/ U.O. 20 95/Atividade: 6193/ Elemento: 3.3.90.47.4701/ Empenho: 16003864535/ Data do Empenho: 30/08/2016

Porto Alegre, 09 de setembro de 2016

JOÃO GABBARDO DOS REIS
Secretário de Estado da Saúde

Código: 1675656

SECRETARIA DA SAÚDE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da Lei Federal 6437, de 20 de agosto de 1977, a Coordenação da 3ª CRS da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, torna pública a seguinte decisão final em Processo Administrativo Sanitário, registrada na data de 09/09/2016

AUTUADO: Associação de Assistência Social / Hospital Pinheiro Machado

DATA DA AUTUAÇÃO: 07/06/2016

CNPJ: 92.620.921/0001-75

PROCESSO: 040993-2000/16-8

LOCALIDADE: Pinheiro Machado - RS

TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: 1) Parte II item 6.2 B 4 da Resolução RDC 50 de 21/02/2002 ANVISA; 2) unidade funcional 3 atividade 3.1 da Resolução RDC 50 de 21/02/2002 ANVISA; 3) art 86 da Resolução RDC 15 de 15/03/2012 ANVISA; 4) art 90 incisos 1º e 2º da Resolução RDC 15 de 15/03/2012 ANVISA; 5) item 5.3.7 do anexo do Regulamento Técnico da TNE da Resolução RDC 63 de 06/07/2000 ANVISA c/c anexo II item 4.2.1.1 das BPPNE - Boas práticas de preparação de nutrição enteral da Resolução RDC 63/2000 ANVISA; 6) artigos 24 e 65, 27 e 28, 93, 76 Resolução RDC 15 de 15/03/2012 ANVISA c/c Parte II item 6.2 B 3 da Resolução RDC 50 de 21/02/2002 ANVISA c/c Art. 10º Inciso II da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977

DECISÃO FINAL: acolhida a defesa

Código: 1675658

SECRETARIA DA SAÚDE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Em cumprimento ao disposto no Art. 37 da Lei Federal 6437, de 20 de agosto de 1977, a Coordenação da 3ª CRS da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, torna pública a seguinte decisão final em Processo Administrativo Sanitário, registrada na data de 09/09/2016

AUTUADO: Laboratório Check up Análises Clínicas Ltda

DATA DA AUTUAÇÃO: 19/07/2016

CNPJ: 94.798.451/0001-60

PROCESSO: 041011-2000/16-1

LOCALIDADE: Capão do Leão - RS

TIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: 1) art 17 da Resolução RDC 63 de 25/11/2011 ANVISA; 2) Resolução RE nº 2805 de 11/08/2006 item 66 do anexo - MS; 3) Resolução RDC 63 de 25/11/2011 - ANVISA; 4) art 8 item VI da Resolução RDC 63 de 25/11/2011 c/c NBR9050 ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); 5) parte II, item 6.2.B.4 da Resolução RDC 50 de 21/02/2002 - ANVISA; 6) cap III item 1.5 do anexo da Resolução RDC 306 de 7/12/2004 ANVISA; 7) cap III item 1.2 c/c cap VI apêndice I item 5.3 subitem 5.3.4.1 da Resolução RDC 306 de 07/12/2004 c/c Art. 10º, Inciso III da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

DECISÃO FINAL: acolhida a defesa

Código: 1675661

PROCESSO Nº 012104-2000/16-4.

AUTORIZO o funcionamento da empresa CELOI SOARES VIEIRA ME, DROGARIA FARMA VIDA, estabelecida no Município de Candiota/RS, em caráter precário, nos termos do Decreto nº 39.544 e Instrução Normativa 01/99 e 01/03.

FRANCISCO A. Z. PAZ
Secretário de Estado da Saúde
Adjunto

Código: 1675665

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde

DIRETORA-PRESIDENTE: NEUSA KEMPFER
End. Av. Ipiranga, 5400
Porto Alegre/RS - 90610-000

RECURSOS HUMANOS

Assunto: Afastamento
Expediente: 16/2069-0002206-9
Nome: Valdir Schallemburger
Id Func/Vínculo: 2523116/02 Tipo Vínculo: Cedido
Cargo/Função: Farmacêutico Bioquímico - LACEN
Lotação: Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS

O Secretário da Saúde AUTORIZA o afastamento da servidora, nos termos do Decreto 40879/01, sem prejuízo da remuneração e demais vantagens inerentes ao respectivo cargo
Localidade de destino: Rio de Janeiro
Período de afastamento: 26/09/2016 a 29/09/2016
Evento e justificativa: Participar da "Jornada Brasileira de Equinococose" e "XII REUNIÓN DE LA INICIATIVA PARA EL CONTROL Y VIGILANCIA DE LA HEPATITIS ARGENTINA BRASIL CHILE PERU Y URUGUAY"
Condição: sem ônus

Código: 1675333

SÚMULAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 16/2069-0001976-9 Edital nº: 151/2016. Empresa: Promega Biotecnologia do Brasil LTDA. Objeto: aquisição de KIT MULTIPLEX AUTOSSÔMICOS KIT 100 REAÇÕES para CDCT. Total: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Justificativa: Insumo utilizado nas análises de paternidade. Base Legal: Lei 8666/93 de 21.06.93, artigo 24, inciso IV e suas alterações e em consonância com o comunicado da CAGE - Secretária da Fazenda nº 01/98

Código: 1675332